



Comissão
Europeia

SUPLEMENTO SEMANA VERDE 2012

Ambiente

Revista da Direção-Geral do Ambiente

para os Europeus

CADAGOTACONTA



O DESAFIO DA ÁGUA

Ambiente

O desafio da água – Cada gota conta

A água foi, este ano, o tema central da Semana Verde. Trata-se de um dos nossos recursos mais valiosos. É imprescindível à vida, à saúde e à prosperidade. Há que tratá-lo com cuidado. Este recurso é limitado e partilhamo-lo com muitos outros países.

A UE tem muito de que se orgulhar. Em algumas décadas, conseguimos melhorar a qualidade da água que bebemos, onde nos banhamos e que devolvemos à natureza. Espécies como os salmões regressaram a rios onde há já muitos anos não eram avistados. Esta é a prova de que a união de esforços por toda a Europa pode traduzir-se em resultados concretos.

Mas o copo está apenas meio cheio. Os problemas hídricos suscitam sérias preocupações que são comuns a todos os europeus. As secas, as inundações e a poluição química são problemas reais. Os cidadãos querem estar bem informados e exigem que a UE redobre os seus esforços na proteção da água de que necessitam no seu dia-a-dia.

A água é necessária a quase todos os domínios de atividade humana, e todas as nossas atividades têm impacto neste recurso vital. Esta não é uma realidade exclusiva da Europa, mas comum a todo o mundo, pois a água é um recurso que partilhamos com o resto do planeta. Por este motivo, a água foi o tema central da agenda que marcou a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, realizada no Rio de Janeiro durante o mês de junho.

A Comissão procura agora desenvolver uma abordagem coerente relativamente à água, com o objetivo de maximizar as vantagens do atual quadro político e minimizar os conflitos entre os objetivos almejados pela política dos recursos hídricos e os de outras políticas.

Durante a Semana Verde, inúmeras sessões examinaram em detalhe as ameaças e as oportunidades apresentadas pelos inúmeros setores que utilizam água, desde o setor agrícola ao setor da produção, passando pelos transportes e pela energia. Os resultados destes debates foram integrados no «Blueprint to Safeguard Europe's Water Resources» (plano de proteção dos recursos hídricos da Europa) que a Comissão tenciona publicar ainda este ano.

Ambiente para os Europeus

ec.europa.eu/environment/news/efe/index.htm

INFORMAÇÃO EDITORIAL

Ambiente para os Europeus é uma revista trimestral publicada pela Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia. Está disponível em alemão, búlgaro, checo, espanhol, estónio, francês, grego, inglês, italiano, lituano, polaco, português e romeno. Assinatura grátis. Para assinar a revista, preencha o formulário que se encontra no seu interior ou faça-o em linha através do seguinte endereço: http://ec.europa.eu/environment/maillingregistration/main/mailling_reg.cfm

Chefe de redação: Róbert Konrád

Coordenador: Jonathan Murphy

Para mais informações, contacte a Unidade de Comunicação:

http://ec.europa.eu/environment/contact/form_en.htm

Informação e documentos:

http://ec.europa.eu/environment/contact/form_en.htm

Página Internet da revista *Ambiente para os Europeus*:

<http://ec.europa.eu/environment/news/efe/index.htm>

AMBIENTE EM LINHA

Quer saber o que é que a União Europeia está a fazer para proteger o meio ambiente, o que são políticas integradas de produtos ou como obter o «rótulo ecológico»? Descubra isto e muito mais na página Internet da DG Ambiente:

ec.europa.eu/environment/index_pt.htm

ADVERTÊNCIA

A Comissão Europeia, ou qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização das informações contidas nesta publicação ou por quaisquer erros que, não obstante os cuidados na sua preparação e a sua constante verificação, possam ter ocorrido.

Impresso em papel reciclado certificado com o «rótulo ecológico» para papel gráfico.
(ec.europa.eu/environment/ecolabel)

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2012
ISSN 1831-5798

© União Europeia, 2012

Fotografias (capa, páginas 6, 9, 12, 15, 16)

© Shutterstock

A reprodução de texto é permitida mediante a indicação da fonte.

Interditada a reprodução de imagens.

Printed in Belgium

ÍNDICE

-
- 03 Cada gota conta
 - 06 Pintar a agricultura em tons de azul
 - 07 Trabalhando em prol de um ambiente marinho mais saudável
 - 08 LIFE, apoio aos recursos hídricos
 - 09 Cálculo da pegada hídrica
 - 10 Elaboração de um plano de ação
 - 12 Novos poluentes – escapar ao ciclo vicioso
 - 13 Alterações climáticas – planear agora para uma melhor adaptação
 - 14 Infraestrutura verde – uma abordagem holística
 - 15 Estabelecer um preço justo para a água
 - 16 As parcerias de inovação – encontrar soluções
-

SESSÕES DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

CADAGOTA CONTA

Este ano, a Semana Verde foi, na verdade, azul, com a água a dominar as muitas sessões e eventos paralelos que marcaram a iniciativa. A escolha foi acertada, uma vez que a Comissão Europeia designou o ano de 2012 o Ano Internacional da Água. A Comissão apresentará ainda um importante plano de ação até ao final do ano, através do qual pretende analisar os progressos realizados para garantir a disponibilidade de água de boa qualidade na União Europeia.

Na cerimónia de abertura deste mediático evento, foi transmitido um vídeo em que o comissário europeu responsável pelo Ambiente, Janez Potočnik, deu as boas vindas a todos os participantes. São muitos os feitos de que a União Europeia se pode orgulhar, referiu, citando como exemplo as evidentes melhorias obtidas na qualidade da água potável e balnear.

Chamou, contudo, a atenção para o facto de o copo se encontrar apenas meio cheio. O efeito destrutivo das secas, das inundações e da escassez de recursos hídricos faz-se sentir de diversas formas, e muitos dos progressos já realizados arriscam-se a ser prejudicados pela poluição, pela expansão dos centros urbanos e pelas alterações climáticas.

O comissário explicou que é necessário estar constantemente atento ao impacto que as actividades económicas, como a agricultura, a energia e os transportes, podem ter no fornecimento sustentável de água de boa qualidade.

Ida Auken, ministra dinamarquesa do Ambiente, sublinhou que as atuais crises económica, climática e dos recursos estão interligadas. Têm de ser resolvidas em conjunto. Os custos de outra qualquer solução seriam imensos.

O comissário explicou que é necessário estar constantemente atento ao impacto que as actividades económicas, como a agricultura, a energia e os transportes, podem ter no fornecimento sustentável de água de boa qualidade.

Janez Potočnik

Janez Potočnik,
Ida Auken



Bart Devos



Karl Falkenberg,
Ruth Mathews,
Ghislain de Marsily



Salientou a necessidade de melhorar a eficiência hídrica para se obter uma redução de 20% a 40% das perdas de água e saudou a nova Parceria Europeia de Inovação no domínio da Água. Na ótica da Conferência Rio+20, a ministra, tal como o comissário, confirmou que a União pretende delinear um objetivo global para a água, que contribua especialmente para o desenvolvimento dos países.

Preparar o terreno

Ghislain de Marsily, professor na Universidade VI de Paris e membro da *Académie des Sciences* francesa, debruçou-se sobre a dupla questão da escassez e da qualidade da água. Alertou para a futura deslocação das zonas áridas para norte e para sul, um fenómeno que resultará na redução da quantidade de água que chega à Europa. É necessário planear com bastante antecedência as medidas de preparação para estas mudanças.

Sugeriu que, em caso de se vir a verificar um problema de escassez de água numa determinada região da Europa, sejam delineadas medidas de melhoria da conservação, das estações de dessalinização e de tratamento das águas residuais.

No que diz respeito à questão da qualidade, o professor referiu que a UE tem sido bem sucedida na melhoria da qualidade da água nos troços a jusante dos rios, mas tem obtido resultados menos favoráveis nos troços a montante, onde a qualidade tem vindo a reduzir-se devido à perda de zonas e habitats húmidos e ao aumento da poluição.

Apontou para os benefícios de proteger as zonas de abastecimento de água dos principais consumidores domésticos de água, como já acontece em Munique (Alemanha), Spa (Bélgica) e Belfast (Irlanda do Norte). Em seu entender, a política e as práticas agrícolas deveriam ser compatíveis com um bom nível ecológico.

Ruth Mathews, diretora executiva da *Water Footprint Network* (Rede da Pegada Hídrica) chamou a atenção para a dimensão dos problemas relacionados com a água: todos os anos, a escassez deste recurso afeta cerca de 2,7 mil milhões de pessoas durante, pelo menos, um mês. A forma como a água

é utilizada localmente é integrada num contexto global mais alargado, explicou durante a apresentação do conceito de pegada hídrica.

Este procedimento ajuda a determinar a quantidade de água que é utilizada diretamente para consumo ou banhos, ou indiretamente para produção de alimentos e bens. A análise poderá aplicar-se a pessoas singulares, empresas ou países. Uma vez que 40% dos recursos hídricos utilizados pela Europa são externos ao continente, a UE está diretamente associada à escassez de água e à poluição que afetam outras regiões do mundo e terá de considerar esta questão quando delinear as suas políticas para os recursos hídricos (ver páginas 10 e 11).

Ponto da situação

Peter Kristensen, da Agência Europeia do Ambiente, referiu que a implementação generalizada da diretiva relativa ao tratamento de águas residuais reverteu, até certo ponto, o declínio das águas europeias verificado na década de 1970 e melhorou a qualidade das mesmas.

Contudo, as excessivas concentrações de nutrientes e a utilização intensiva de fertilizantes agrícolas e pesticidas continuam a causar problemas e mais de metade das águas superficiais da Europa não cumpre os parâmetros de qualidade estabelecidos. Será necessário adotar medidas de mitigação para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos na Diretiva-Quadro no domínio da água.

Sibylle Grohs, da DG Ambiente da Comissão Europeia, apresentou o ponto da situação relativo à implementação, pelos Estados Membros, das diretivas relativas ao tratamento de águas residuais urbanas e aos nitratos. De acordo com os mais recentes dados relativos ao período de 2007-2008, a Alemanha, a Dinamarca, os Países Baixos e a Áustria registaram resultados impressionantes. No entanto, verifica-se que ainda é necessário tomar algumas providências ao nível da EU 15 e esperam-se ainda esforços consideráveis por parte dos Estados Membros que aderiram à UE após 2004 (EU 12) e que solicitaram um prazo mais alargado para o cumprimento da diretiva.

Sibylle Grohs descreveu a nova abordagem adotada pela Comissão para garantir o cumprimento rigoroso por parte dos Estados Membros. Essa função era habitualmente assegurada através da eventual interposição de processos junto do Tribunal de Justiça Europeu. Contudo, a partir de 2012, decidiu-se ajudar os países a cumprir as suas obrigações, complementando as medidas legais com a melhoria dos mecanismos nacionais, apostando, por exemplo, na realização de inspeções ou no estabelecimento de acordos de parceria.

Jorge Rodriguez Romero, também da DG Ambiente, explicou a abordagem holística introduzida pela Diretiva-Quadro no domínio da água, salientando a melhoria da governação e da gestão integrada das bacias hidrográficas destinada a alcançar um bom estado das águas até 2015. Apesar de todos os Estados Membros serem obrigados a apresentar os respetivos planos de gestão das bacias hidrográficas à Comissão Europeia, quatro ainda não o fizeram (Bélgica, Portugal, Grécia e Espanha).

Sessão de encerramento

Karl Falkenberg, diretor-geral da DG Ambiente da Comissão Europeia, chamou a atenção para a forma clara como a Semana Verde demonstrou a multifuncionalidade dos recursos hídricos. Reiterou que a prossecução de um ambiente saudável deve estar na base da competitividade sustentável da Europa, num mundo que, não obstante os limitados recursos naturais de que dispõe, procura resgatar da pobreza um número crescente de pessoas.

O primeiro orador apresentado foi Bart Devos, presidente do Parlamento Universal da Juventude para a Água, que fez um forte apelo à participação dos jovens nos debates relativos à água.

O Parlamento realizou a sua primeira reunião em Marselha, em março de 2012, e está mandatado para promover, apoiar, dar voz, defender e animar uma rede da juventude. Agora que se trata de uma organização oficial e mundialmente reconhecida, Bart Devos apelou a um maior apoio que lhe permita participar plenamente no debate em curso.

Yves Leterme, antigo primeiro-ministro belga e atual secretário geral adjunto da OCDE, explicou em que consiste o trabalho da organização. Em seu entender, se as atuais tendências e políticas se mantiverem, o consumo mundial de água sofrerá um aumento de 55% até 2050.

Identificou alguns elementos que deverão estar na base de uma política eficaz em matéria de recursos hídricos. É essencial atribuir um preço à água e aos serviços hídricos. Um terço dos 34 membros que compõem a OCDE já o faz com sucesso. Deve ser dada especial atenção à justa distribuição da água entre os diferentes setores da população, devendo ainda promover-se a inovação ecológica em áreas como o tratamento das águas residuais.

Por fim, Yves Leterme sublinhou a importância de uma gestão adequada dos recursos hídricos, sobretudo pelo facto de este recurso ser transversal a vários países e políticas.

Richard Seeber, deputado do Parlamento Europeu e presidente do Intergroupo para a Água do Parlamento Europeu, chamou a atenção para algumas questões que poderão suscitar algumas dificuldades. Entre estas incluem-se a necessidade de implementar plenamente a legislação existente, de obter mais dados sobre os cursos de água das bacias hidrográficas e de resolver os problemas de eficiência.

Em seu entender, a resolução dos problemas hídricos deve passar pela adoção de uma abordagem regional. Apelou a uma maior participação da sociedade e à integração das preocupações hídricas noutras áreas políticas. O deputado exortou a Comissão a promover um debate sobre a tarifação da água e a analisar os custos e o papel da água na economia.

O encerramento da conferência esteve a cargo do comissário Potočník, que revelou ter nascido no Dia Mundial da Água e que, no início do seu mandato, identificou a questão da água como tema prioritário para 2012.

Não subestimou a dimensão do desafio que nos aguarda. O objetivo é alcançar um «bom estado» de todas as águas da UE até 2015. É importante que este requisito seja cumprido, pois os seus benefícios interessam quer ao ambiente, quer à economia. As lacunas em termos de conhecimentos também devem ser colmatadas através do fornecimento de dados fiáveis sobre o consumo de água e sobre as metas estabelecidas para o uso eficiente da água.

Depois de pedir aos participantes que imaginassem como seria passar um dia das suas vidas sem água, o comissário pediu-lhes que transmitissem uma simples mensagem: Cada gota conta.

Descubra mais

<http://ec.europa.eu/environment/greenweek/index.html>



Karl Falkenberg,
Yves Leterme,
Peter Kristensen,
Richard Seeber

AGRICULTURA

Pintar a agricultura em tons de azul

O setor agrícola é o maior consumidor de água da Europa, absorvendo cerca de 60% do volume total de água existente nas bacias hidrográficas da UE. O uso generalizado de fertilizantes significa que este setor é também uma fonte de poluição. As alterações climáticas são outra fonte de preocupação. Todos estes temas estão a ser abordados na legislação ambiental e na reforma da política agrícola comum (PAC).

As alterações climáticas e a gestão dos recursos hídricos estão no topo das prioridades da política agrícola comum já reformada, que entrará em vigor em 2014. Serão necessários reservatórios para armazenar as águas excedentes de inverno, bem como melhores técnicas de rega e mudanças ao nível das práticas agrícolas, de modo a reduzir o consumo de água.

A adoção das melhores práticas ambientais é incentivada pelo método de «castigo» e «recompensa». Se os agricultores não cumprirem a legislação da UE relativa aos nitratos e às águas subterrâneas, os pagamentos diretos poderão ser lhes negados. Em contrapartida, poderão beneficiar do financiamento de medidas que lhes permitirão cumprir as novas normas, tais como as estabelecidas na Diretiva-Quadro no domínio da água (DQA).

Contudo, tal como referido por Jerzy Bogdan Plewa, diretor-geral adjunto responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural, numa sessão sobre a água e a agricultura, a UE precisa de intensificar substancialmente os seus esforços.

De acordo com a proposta da Comissão, a prestação de apoio financeiro da UE aos agricultores é condicionada à manutenção dos níveis de matéria orgânica do solo, à proteção das zonas húmidas e dos solos ricos em carbono, bem como ao cumprimento da DQA e da legislação relativa à utilização sustentável

dos pesticidas. Procura ainda introduzir incentivos através de um elemento ecológico na reforma da PAC, reservando 30% dos pagamentos diretos para os ecossistemas.

Karl Falkenberg, diretor-geral responsável pelo Ambiente, enumerou os requisitos que o setor agrícola terá de preencher ao abrigo da DQA. Será necessária uma licença para captar águas para rega e uma autorização para alterar uma massa de água ribeirinha. As regras sobre a utilização de pesticidas terão de ser respeitadas. Será proibido descarregar águas residuais para os cursos de água.

Estas obrigações, sublinhou, são específicas, compreensíveis e verificáveis, além de não criarem encargos administrativos desnecessários.

Produtividade e compensação

Em representação do setor agrícola, Paulo Gouveia, da COPA-COGECA, afirmou que um pouco mais de 90% dos terrenos agrícolas europeus dependem da queda de precipitação. Além de apelarem à adoção de medidas de cultivo ecológicas que assegurem a produtividade agrícola, os agricultores, sublinha, respeitam as mais eficientes leis e medidas relativas à água.

Acrescenta que, sempre que os agricultores ultrapassam aquilo que lhes é pedido, tal pode ter um impacto adverso nos seus resultados económicos e, como tal, devem ser compensados.

François Veillerette, membro da *Pesticides Action Network*, salientou que entre 50% a 80% da poluição das águas europeias causada por nitratos é de origem agrícola. Este tipo de poluição está associado a práticas agrícolas que devem ser alteradas.

Descubra mais

<http://ec.europa.eu/environment/agriculture/index.htm>

MAR

Trabalhando em prol de um ambiente marinho mais saudável

Os mares e oceanos da Europa prestam um contributo vital à nossa sociedade e economia. Mas também enfrentam ameaças. A União Europeia tem envidado esforços no sentido de reduzir tais ameaças e de obter mais conhecimentos sobre este recurso fundamental, de modo a que as próximas gerações possam também usufruir dele.

Franz Lamplmair, da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia, chamou a atenção para o potencial contributo das políticas marítimas para a estratégia «Europa 2020», bem como para a forte dimensão que esse contributo pode trazer ao nível dos recursos hídricos.

Tal poderá ser concretizado através da adoção de três principais instrumentos transetoriais promovidos pela Comissão: uma maior cooperação na vigilância marítima, um maior conhecimento do meio marinho e marítimo e um melhor ordenamento do espaço marítimo. Esta combinação pretende assegurar a consecução de mares mais seguros e limpos, promover a sociedade digital e reforçar as bases para um crescimento sustentável.

Confirmou que a Comissão está a planear apresentar, no próximo outono, uma comunicação sobre o «crescimento azul» e chamou a atenção para a grande importância económica dos mares europeus. Mais de 205 milhões de pessoas vivem (e 88 milhões trabalham) em zonas costeiras, estimando-se em 485 mil milhões de euros o valor acrescentado bruto da «economia azul».

Sensibilização

De acordo com o professor Laurence Mee, da *Scottish Association of Marine Science*, apesar da sua enorme importância, o ambiente marinho tem pouca visibilidade, o que torna mais difícil sensibilizar a opinião pública para a participação em ações que visam prevenir a sua destruição.

Mais de 205 milhões de pessoas vivem (e 88 milhões trabalham) em zonas costeiras, estimando-se em 485 mil milhões de euros o valor acrescentado bruto da «economia azul».

Franz Lamplmair

Chamou a atenção para as dificuldades de comunicação dos problemas que afetam os mares e os oceanos e para os equívocos que rodeiam esta questão. A generalidade das pessoas acredita veementemente que a maior ameaça aos mares é a poluição, quando, na verdade, a maior ameaça são as práticas de pesca insustentáveis.

O professor Mee apresentou as opções que se colocam aos Estados Membros na implementação de uma abordagem holística definida na Diretiva-Quadro «Estratégia Marinha»: trabalharem em conjunto na preservação da vida marinha ou enfrentarem um futuro de catástrofes e perdas para a pesca e a biodiversidade.

O dr. Mitrasen Bhikajee, secretário executivo adjunto da *Commission océanographique intergouvernementale* (Comissão Oceanográfica Intergovernamental) da Unesco, identificou quatro questões principais que devem ser abordadas: a acidificação dos oceanos, o estado das zonas não abrangidas pelas jurisdições nacionais, o aumento da poluição e a escassez de informações sobre o meio marinho. A exploração dos oceanos é inferior a 5%.

Ricardo Aguilar, diretor de investigação na Oceana, Europa, tem uma abordagem diferente da última questão. Enquanto muitos lamentam a falta de informações, Ricardo Aguilar refere que cerca de 80% dos dados científicos foram tendencialmente ignorados durante a definição das quotas de pesca da UE. Acrescentou duas condições à atual reforma da política comum das pescas. A prossecução de um bom estado ambiental deverá ser legalmente vinculativa e o reconhecimento da biodiversidade deverá ser um dos motes das ações a empreender.

Descubra mais

http://ec.europa.eu/environment/marine/index_en.htm





LIFE

LIFE, apoio aos recursos hídricos

LIFE, a fonte de financiamento para o ambiente da UE, tem contribuído, nos últimos 20 anos, para a aplicação da legislação da UE no domínio da água. Atualmente, em preparação para uma nova fase, o programa coloca a ênfase numa integração mais estreita com outras opções financeiras, para fomentar iniciativas ambientais de maior dimensão.

A dr.^a Lynne Barratt, da Astrale (equipa externa de monitorização do programa LIFE), começou por apresentar os resultados de uma análise, solicitada pela Comissão, sobre a extensão do impacto dos projetos LIFE na legislação adotada pela UE no domínio da água.

A iniciativa partiu de um conjunto de 197 projetos financiados pelo programa desde 2005, reduzindo os a uma lista de 33 para analisar a forma como estes intervêm e influenciam o ciclo de políticas adotadas. Os temas abrangidos vão da Diretiva-Quadro no domínio da água (DQA) e das inundações até aos recursos aquáticos e à poluição. Apesar de se ter verificado uma boa representação dos recursos e da poluição, a esmagadora maioria dos projetos estava relacionada com a DQA.

Entre outras vantagens, os projetos financiados pelo programa LIFE permitem efetivamente desenvolver e testar ideias, tecnologias e métodos para determinar a exequibilidade ou não de determinadas medidas. Apesar de o seu impacto se fazer sentir em todas as fases do ciclo da tomada de decisões, são muito mais eficazes na fase de implementação. Além de permitirem reunir os intervenientes relevantes em torno de um determinado assunto, respondem bem a alterações legislativas. Igualmente importante é o bom nível de concretização que revelam: cerca de 80% atinge todos os seus objetivos.

A dr.^a Barratt identifica, contudo, uma desvantagem: uma vez que os projetos são implementados a nível local, o seu potencial não é explorado de forma mais alargada. Esta situação

permitiu-lhe concluir que os projetos LIFE deveriam ser selecionados pela sua capacidade de implementação, e não pela sua capacidade de influenciar políticas.

De 2014 em diante

Karl Falkenberg, o diretor-geral responsável pelo Ambiente, explicou de que forma a Comissão pretende aumentar o impacto e as vantagens dos financiamentos LIFE, sem necessidade de aumentar substancialmente o seu orçamento, por altura da entrada em vigor do seu novo mandato operacional após o final do próximo ano.

O financiamento direto da UE disponível para a implementação de programas ambientais em toda a União é modesto quando comparado com o financiamento atribuído a outras políticas – atualmente, cerca de 270 milhões de euros por ano. Contudo, ao salientar os elementos ambientais dos projetos financiados ao abrigo das rubricas orçamentais para a agricultura, as regiões e a investigação, a DG Ambiente poderá canalizar, todos os anos, 10 a 12 mil milhões de euros para a resolução de questões ecológicas.

O programa LIFE continuará a apoiar projetos e procurará obter uma maior integração das despesas. Serão utilizados todos os efeitos multiplicadores possíveis para ultrapassar a relativa limitação das experiências locais de modo a partilhá-las com o resto da Europa. Para tal, serão utilizados alguns fundos para estimular a cooperação municipal, regional, nacional e transfronteiriça.

A Semana Verde foi também marcada por uma cerimónia de entrega de prémios, em que foram galardoados os melhores (BEST) projetos LIFE de 2011 – clique no *link* abaixo para mais informações.

Descubra mais

<http://ec.europa.eu/environment/life/index.htm>

<http://ec.europa.eu/environment/life/news/newsletter/index.htm>

PEGADA HÍDRICA

Cálculo da pegada hídrica

Os padrões globais de consumo podem ter um impacto enorme nos recursos hídricos, sobretudo nos países com escassez deste recurso e que exportam bens que implicam um consumo intensivo de água. Estes fatores podem criar obstáculos ao desenvolvimento sustentável e prejudicar o ambiente. O conceito da pegada hídrica ajuda a identificar e quantificar a dimensão deste fenómeno.

A pegada hídrica contabiliza o consumo de água doce no âmbito das atividades humanas. Identifica a altura e o local em que ocorre, ao contrário da pegada de carbono, que regista o acontecimento mas não a altura ou o local.

A pegada pode ser relativa à água que bebemos (pegada direta) ou aos bens que produzimos (pegada indireta). O indicador pode cobrir processos e produtos, comportamentos individuais e nacionais e áreas geográficas específicas ou mais alargadas. A agricultura é, de longe, o setor que apresenta a maior pegada hídrica, representando 92% do consumo total de água.

Para explicar o conceito, Ruth Mathews, diretora executiva da *Water Footprint Network* (Rede de Pegada Hídrica) chamou a atenção para os fluxos de água virtual, que se referem à quantidade de água exigida por um bem ao nível da sua produção, tendo em consideração o lugar onde este será consumido. Desta forma obtemos uma melhor compreensão de como a água se movimenta no mundo e nas economias.

Cerca de 40% da pegada hídrica dos consumidores europeus ocorre fora da União Europeia, através da importação de bens como o algodão, o cacau e o trigo. Esta situação tem implicações, não só ao nível das políticas adotadas pela UE no domínio da água, mas também ao nível de outras áreas, como o comércio e a agricultura.

Em seu entender, um país rico em água poderá ter interesse em produzir muitos bens que posteriormente exportará, enquanto um país com escassas reservas de água poderá considerar mais vantajoso importar produtos em vez de esgotar os seus limitados recursos.

Estudos de caso

Donna Jeffries, investigadora da Unilever na área da sustentabilidade ambiental, apresentou uma panorâmica da atuação da empresa em termos de pegada hídrica. Ao abrigo do seu plano de vida sustentável, a Unilever pretende, até 2020,

Cerca de 40% da pegada hídrica dos consumidores europeus ocorre fora da União Europeia.
Ruth Mathews



© UE

proporcionar melhores condições de saúde e higiene a mil milhões de pessoas, assegurar um aprovisionamento totalmente sustentável dos recursos e reduzir para metade a pegada dos seus produtos.

O consumo de água é um fator-chave na concretização destas metas. Em análise estão, não só o volume de água contido nos seus produtos, mas também a quantidade de que os consumidores dos seus produtos necessitam. Admitiu que o rastreamento e a determinação do volume de água introduzido nos ingredientes que a empresa utiliza para fabricar os seus produtos foram especialmente difíceis de levar a cabo.

Contudo, a metodologia relativa à pegada hídrica permite identificar os pontos críticos, influenciar e informar as cadeias de abastecimento, identificar riscos nessas mesmas cadeias e incentivar a adoção de práticas de produção inovadoras.

O Dr. Julio Postigo Mac Dowall, do Departamento de Geografia e Ambiente da Universidade do Texas, forneceu um exemplo gráfico de como as águas subterrâneas assumiram uma dimensão global. O forte aumento das exportações para o Reino Unido de espargos produzidos no vale Ica, no Peru, assenta num consumo de água virtual que daria para encher 3 600 piscinas olímpicas. Devido a esta situação, é provável que esta zona apresente a mais elevada taxa de esgotamento dos aquíferos.

Descubra mais

<http://www.waterfootprint.org/?page=files/home>

Elaboração de um plano de ação

A 3.ª Conferência Europeia sobre a Água realizou-se durante a Semana Verde. Fez parte de um processo de consulta da Comissão Europeia sobre o futuro da política da UE no domínio da água.

Os participantes da 3.ª Conferência Europeia sobre a Água foram convidados a participar na formulação do «Blueprint to safeguard Europe's water resources» (plano de proteção dos recursos hídricos da Europa), uma estratégia no domínio da política hídrica da UE que será publicada em finais de 2012. O plano ajudará a melhorar a implementação da legislação no domínio da água e a identificar lacunas que necessitem de ser colmatadas.

Uma das necessidades mais prementes é acelerar o cumprimento dos objetivos estabelecidos na Diretiva-Quadro no domínio da água (DQA). Adotada em 2000, esta diretiva obriga os Estados-Membros a alcançar um «bom estado» de todas as águas até 2015. A avaliação já levada a cabo sugere que muitas bacias hidrográficas poderão não cumprir o objetivo estabelecido.

A Comissão espera que o plano incentive os Estados-Membros a redobrar esforços até 2015 e que lhes forneça ferramentas adicionais para esse fim. As avaliações efectuadas paralelamente ao plano de proteção ajudarão a identificar obstáculos à limpeza das águas europeias.

O desafio global e europeu no domínio da água

Dominique Ristori, diretor-geral do Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, alertou para a probabilidade de, na eventualidade de não serem tomadas quaisquer medidas,

virmos a enfrentar um défice de água doce de 40% em 2030. A escassez de água já afeta um quinto da população europeia.

Segundo Jacqueline McGlade, da Agência Europeia do Ambiente, a Europa tem de promover uma boa gestão da água a nível global. São muitos os exemplos de boas práticas que tem para partilhar e que dizem respeito à gestão de grandes bacias hidrográficas de outras regiões.

A Agência desenvolveu um sistema de contabilização do consumo de água. «A contabilização do consumo de água permite discutir a tarifação da mesma e dissociar objetivos». Tal como o carbono, o consumo de água tem de ser dissociado do crescimento económico.

A Europa dotou a sua política hídrica de três objetivos principais: melhorar a qualidade da água, lidar com o *stress* hídrico e aumentar a resiliência a fenómenos extremos. Todos estes objetivos têm vectores comuns e podem ser abordados em conjunto.

A conferência prosseguiu com outras sessões dedicadas à análise de soluções, de instrumentos económicos e da governação.

Soluções

Jacques Delsalle, da DG Ambiente, apresentou algumas propostas que a Comissão está a considerar incluir no seu plano de proteção. Segundo Delsalle, é fundamental adotar uma série de medidas distintas. Há que encontrar formas de responder a múltiplos problemas de forma coordenada, uma vez que nenhuma ação isolada será capaz de resolver os problemas.



As soluções devem centrar-se na gestão da procura de água, na proteção dos ecossistemas aquáticos e numa maior disponibilidade de água limpa.

Relativamente a esta matéria, a Comissão está a considerar adotar medidas de eficiência hídrica, de gestão dos solos, de gestão das culturas e de reutilização da água e alternativas de abastecimento de água (recolha de águas pluviais e des-salinização). É também necessária uma maior integração entre as políticas da água, da agricultura e da energia.

Incentivos económicos

Os instrumentos económicos podem contribuir para a prossecução dos objetivos ambientais e conduzir a alterações reais de comportamento, afirmou Henriette Faergemann, da DG Ambiente.

A tarifação deve ser justa, aplicar-se a todos os setores e internalizar os custos externos. A medição é uma pré-condição para as políticas de tarifação, promovendo o uso eficiente da água ao mesmo tempo que tem em conta as questões de natureza social.

Os mercados da água podem ajudar a estabelecer preços adequados, mas teriam de ser estabelecidos ao nível das massas de água. Apesar de a metodologia de pagamento dos serviços ecossistémicos obrigar a um estudo mais aprofundado da situação, essa será uma ferramenta útil a longo prazo. A certificação e a rotulagem também oferecem algumas vantagens, uma vez que permitem ao consumidor expressar os seus valores através dos seus gastos. A eficácia dos instrumentos económicos dependerá da disponibilização prévia da informação necessária, sem a qual não será possível proceder à concepção e implementação dos referidos instrumentos.

Christian Pèes, do Comité de Organizações Profissionais Agrícolas e de Organizações Cooperativas da União Europeia (COPA-COGECA), referiu que os agricultores já estão a tomar medidas, mas que os custos serão imputados ao consumidor. O setor necessita de orientação para reduzir custos, melhorar os sistemas de rega e identificar culturas com menor consumo hídrico.

Melhorar a governação

Fritz Holzwarth, responsável pelos recursos hídricos no Ministério alemão do Ambiente, chamou a atenção para o sucesso da DQA no estabelecimento de um sistema de governação transfronteiriço no domínio da água. A participação da sociedade civil, a cooperação transfronteiriça e os conhecimentos também melhoraram. O quadro político existente e o processo de Estratégia Comum para a Implementação da DQA devem ser continuados. Em seu entender, a privatização não substitui uma boa governação. Além das prioridades com correntes com as de outros setores, sobretudo com



© UE

Na eventualidade de não serem tomadas quaisquer medidas, virmos a enfrentar um défice de água doce de 40% em 2030.

Dominique Ristori

a agricultura, os obstáculos surgem também no seio de um único ministério, opondo os departamentos de conservação da natureza, do clima e da água.

Mario Andres Urrea Mallebrera, da *Confederación Hidrográfica del Segura*, Espanha, chamou a atenção para as dificuldades de concretização dos objetivos ambientais relativos à qualidade da água quando a gestão do ordenamento, do ambiente, da agricultura e da água está a cargo de várias autoridades governamentais. O sistema jurídico desempenha também um importante papel neste quebra-cabeças. «Só agora conseguimos uma ordem de encerramento de um poço que era objeto de captações [ilícitas], pondo termo a um processo que se arrastou por 15 anos», afirmou.

Os participantes concluíram que uma melhor implementação, aplicação e controlo da legislação no domínio da água por parte das autoridades era mais importante do que qualquer alteração significativa à legislação existente.

Guus Borchardt, da DG Ambiente, descreveu a tarefa que temos pela frente. «A gestão da água deve assentar na procura de um equilíbrio – e de um compromisso – entre as diversas necessidades e utilizadores». Recordou que a Parceria Europeia de Inovação no domínio da Água constitui uma oportunidade de a indústria se tornar mais competitiva e de transpor as ideias no domínio da água para soluções comerciais. Relembrando à Conferência a sua responsabilidade, conclui: «Não podemos consumir a água destinada às gerações futuras. Se poluirmos e esgotarmos os recursos hídricos, estaremos a contrair uma dívida enorme que nunca poderemos pagar».

Novos poluentes – escapar ao ciclo vicioso

Um grande número de compostos químicos não regulamentados está a ser libertado no ambiente e na cadeia alimentar, passando ao lado das estações de tratamento de águas residuais. Este problema quase invisível coloca um desafio às autoridades públicas: como prevenir a poluição se não se souber o que está a ser testado, onde pro curar ou se constitui sequer uma ameaça?

A legislação da UE reduziu muitas das fontes de poluição, tais como os pesticidas e os resíduos industriais, mas os químicos menos conhecidos continuam a suscitar preocupações.

De acordo com o investigador Beate Werner, da Agência Europeia do Ambiente, o dilema reside no facto de o controlo dos poluentes só ocorrer depois de terem sido regulamentados. Mas estes não são regulamentados sem antes terem sido obtidos dados adequados sobre os respetivos riscos. A AEA recomenda agora a criação de uma lista de substâncias sob vigilância relativamente às quais se afigure necessário um estudo mais aprofundado.

Um dos desafios que se colocam aos decisores políticos é o de acompanhar a evolução das novas tecnologias e dos novos processos de produção: «Não conseguimos prever o que surgirá nos próximos 10 anos porque desconhecemos o que está atualmente a ser discutido no seio da indústria química». Outro fator desconhecido é o «efeito cocktail» decorrente da combinação de vários poluentes.

Mas nem tudo são más notícias e as lições retiradas do passado revelam que a regulamentação funciona. A poluição causada pelo mercúrio e pela atrazina (um pesticida) sofreu uma redução significativa assim que o uso destas duas substâncias foi restrito. A AEA está agora a voltar a sua atenção

para os disruptores endócrinos, ingredientes normalmente presentes em todos os produtos domésticos e de higiene pessoal. Tendo em conta as evidências que associam estes químicos a vários problemas de saúde, o desafio consiste em impedi-los de entrar no sistema hídrico e em eliminar as respetivas fontes através da alteração dos comportamentos do consumidor.

O Dr. Georg Hanke, do Centro Comum de Investigação da UE, revelou a dimensão do problema. Os investigadores testaram amostras de efluentes provenientes de 91 estações de tratamento de águas residuais. Nelas, encontraram 134 dos 168 compostos que estavam a testar.

Devido ao elevado número de substâncias (mais de 100 000 no mercado, algumas das quais inócuas) e aos custos elevados das análises, a partilha de informações entre laboratórios deve ser melhorada de modo a melhorar também a qualidade dos dados disponíveis, devendo apostar-se ainda na inovação dos métodos de identificação do impacto das substâncias.

A presença de produtos farmacêuticos na água destinada ao consumo humano preocupa seriamente as empresas de distribuição de água, afirma Franz Sacher, da EUREAU, uma organização de cúpula que representa 70 000 empresas de serviços públicos em 28 países.

Sacher refere que os consumidores «não querem poluentes emergentes, tais como produtos farmacêuticos, na água que consomem» e que não deveria ser necessário estabelecer limites para a presença de produtos farmacêuticos na água de consumo, uma vez que não existem níveis aceitáveis de contaminação. O tratamento da poluição em fim de linha deveria ser a última opção, conclui. O processo de autorização para utilização de novos químicos deverá ter em conta o seu potencial impacto na água de consumo. A poluição deve ser tratada na origem, junto aos hospitais ou fábricas, por exemplo, e deveria ser disponibilizada mais informação sobre os efeitos e sobre o ciclo de vida dos compostos e misturas químicas.



Presença de produtos farmacêuticos na água destinada ao consumo humano preocupa seriamente as empresas de distribuição de água.

Frank Sacher

Descubra mais

<http://www.eea.europa.eu/publications/hazardous-substances-in-europes-fresh>

<http://www.eea.europa.eu/publications/the-impacts-of-endocrine-disrupters>



© Shutterstock

Para os Países Baixos, por exemplo, a principal preocupação consiste em proteger as fontes de água e em manter a população segura num país com 60% do seu território vulnerável a inundações.

Bart Permet

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Alterações climáticas – planejar agora para uma melhor adaptação

As alterações climáticas fazem prever um agravamento dos casos de escassez de água, das secas e das inundações. A Comissão Europeia insta todos os países da UE a desenvolverem estratégias de adaptação e a retirarem lições de experiências passadas ou de terceiros.

As ilhas tropicais não serão as únicas afetadas pelas alterações climáticas. Na verdade, de acordo com as palavras dirigidas por Connie Hedegaard, comissária europeia responsável pela Ação Climática, aos participantes na conferência da Semana Verde, a UE é uma das regiões do mundo mais propensas ao desastre. «Basta perguntar às seguradoras».

A Europa pode reforçar a sua resiliência através de um melhor planeamento e de uma melhor gestão. Até à data, doze dos 27 Estados-Membros da UE já delinearão estratégias de adaptação. Os restantes terão de fazer o mesmo. Em inícios de 2013, será publicada uma estratégia ao nível da UE. Espera-se que tal estratégia contribua para melhorar os conhecimentos sobre as alterações climáticas e respetivos impactos, assegure a integração da adaptação noutras áreas de políticas-chave da União e nos mecanismos de financiamento e melhore a coordenação dos processos de adaptação em toda a Europa.

Num esforço para ajudar na definição dos planos de adaptação, a Comissão lançou uma ferramenta em linha – a Climate Adapt. Coube a Rosário Bento Pais, da DG Ambiente, apresentar a plataforma, que reúne informação sobre as tendências verificadas ao nível do clima e uma base de dados sobre medidas de adaptação, investigações e estudos de caso.

A Comissão propõe ainda que 20% do seu orçamento para 2014-2020 (que ainda aguarda a aprovação dos Estados-Membros) seja canalizado para ações de atenuação ou adaptação às alterações climáticas.

Segundo Claudia Castell-Exner, da EUREAU, do ponto de vista da indústria da água, é fundamental que as políticas assegurem a proteção das fontes de água potável. No que respeita às regiões e aos países, deverão ser estes a seleccionar as medidas que melhor respondem às suas especificidades. Por exemplo, as medidas de poupança de água não são adequadas em todos os contextos, podendo não ser eficazes em termos de custos, nem socialmente aceitáveis.

Para os Países Baixos, por exemplo, a principal preocupação consiste em proteger as fontes de água e em manter a população segura num país com 60% do seu território vulnerável a inundações. Bart Permet partilhou com a audiência os motivos que levaram o país a criar a Comissão Delta, a qual identifica «pontos de ruptura» que permitem às autoridades manter-se um passo à frente do desastre e evitar investimentos excessivos.

É difícil angariar fundos para o desenvolvimento de novas tecnologias quando são tantas as incertezas científicas quanto ao futuro impacto das alterações climáticas nas nossas vidas. Alan Jenkins, do *Centre for Ecology and Hydrology* (Centro de Ecologia e Hidrologia), considera que esse facto não deve impedir os investigadores de fornecer informações concretas que possam servir de orientação à definição das políticas. «Temos de viver com a incerteza».

A incerteza pode também abrir caminho a novas oportunidades, de acordo com Monica Scatasta, do Banco Europeu de Investimento, uma instituição que financiou projetos de adaptação no valor de mil milhões de euros em 2011, 80% dos quais no setor da água. As instituições devem aproveitar para experimentar novos procedimentos e para se manterem a par das políticas relativas ao clima.

Descubra mais

<http://climate-adapt.eea.europa.eu>

Infraestrutura verde – uma abordagem holística



© Shutterstock

A exploração dos serviços ecossistémicos é uma operação económica e como tal deve ser tratada.

Franz zu Salm-Salm

Descobrir formas de reforçar a resistência da paisagem à pressão sobre os recursos hídricos, às alterações climáticas e a outros impactos das atividades humanas é um grande desafio para os decisores políticos. A Infraestrutura Verde pode ser parte da solução.

A Infraestrutura Verde (IV) consiste numa abordagem emergente de ordenamento do território que, através de uma rede de zonas e paisagens naturais, permite uma utilização dos recursos com vantagens para o homem e para a natureza. É uma forma de proteger a biodiversidade e a água, de se adaptar às alterações climáticas e de cumprir outros objetivos ambientais através do uso sustentável dos serviços ecossistémicos. Uma das sessões da Semana Verde, intitulada *Nature works for us... water and green infrastructure* (A natureza ao nosso serviço... a água e a infraestrutura verde), forneceu alguns exemplos desta perspetiva.

O dr. Peter Burek, do Centro Comum de Investigação da UE, apresentou os resultados de um estudo sobre a eficácia das medidas de retenção de água adotadas por toda a Europa e destinadas a reduzir os picos de inundações e aumentar os caudais reduzidos dos rios. O abrandamento do fluxo de água a jusante reduz o efeito das secas e previne inundações, a desertificação e a salinização.

Os investigadores formularam uma série de práticas – florestação/reflorestação, «ecologização» das cidades (através de medidas para reduzir as superfícies impermeáveis e aumentar as áreas foliares), a gestão das culturas e restabelecimento do curso natural (para alongar os rios) – tendo por base o ano de 2030 como referência. Os resultados permitiram lhes identificar a iniciativa mais eficaz para cada região.

A ecologização das cidades teria grande impacto na redução das inundações no Reino Unido, enquanto que a adaptação das práticas de cultivo teria mais eficácia no sul da Europa e o restabelecimento dos cursos naturais dos rios seria mais proveitoso na Escandinávia e nos países Bálticos.

Rumo a um «pensamento sistémico»

Encarando a Infraestrutura Verde numa perspetiva de gestão, Jonathan Hughes, da *Scottish Wildlife Trust*, descreveu o conceito subjacente ao desenvolvimento da estratégia escocesa de utilização dos solos. Publicada em 2011, a estratégia foi concebida para orientar as políticas e definir princípios de planeamento, gestão dos recursos hídricos, desenvolvimento rural e proteção da biodiversidade.

Segundo Hughes, a estratégia reflete uma mudança na abordagem, favorecendo o «pensamento sistémico» e promovendo um afastamento da adoção exclusiva de medidas de proteção das espécies e de designação de sítios, um procedimento que, em seu entender, deixou de ser credível face às alterações climáticas.

Mas os sistemas de utilização dos solos são mais difíceis de mudar nuns países do que noutros, alertou o Dr. Charle-Hubert Born, professor de Direito na *Université Catholique* de Lovaina, na Bélgica. Além de as autoridades responsáveis pelo ordenamento do território possuírem um considerável poder discricionário, «ignoram frequentemente o impacto das suas decisões», afirma.

Face a esta situação, sugeri que às autoridades fosse fornecido um plano abrangente relativo à Infraestrutura Verde, apoiado por regras de cumprimento obrigatório.

Apresentando a perspetiva de uma parte interessada, Franz zu Salm-Salm, presidente da associação de proprietários de florestas da Saxónia-Anhalt, Alemanha Central, apelou a um maior reconhecimento do papel que as florestas e outros ecossistemas desempenham na preservação dos recursos hídricos. «Temos serviços ecossistémicos disponibilizados à sociedade que são utilizados numa base comercial por empresas que não contribuem financeiramente».

Apelou à reforma da Diretiva-Quadro no domínio da água e à criação de um mercado justo de serviços ecossistémicos. «A exploração dos serviços ecossistémicos é uma operação económica e como tal deve ser tratada», conclui.

Descubra mais

http://ec.europa.eu/environment/nature/ecosystems/index_en.htm

TARIFAÇÃO DA ÁGUA

Estabelecer um preço justo para a água

Por que motivo deve a água ser mais cara nuns países do que noutros? A Semana Verde deu voz às mais recentes investigações sobre o preço da água e outros instrumentos económicos.

O preço da água apresenta grandes variações em toda a UE. Em Copenhaga, os utentes pagam 6 euros por metro cúbico (incluindo o fornecimento e as taxas de tratamento). Em Roma, este valor é de apenas 1,25 euros. É normal que os custos sejam um reflexo das condições locais, afirma David Zetland, economista sénior no domínio da água na Universidade de Wageningen e autor de *The End of Abundance* (O fim da abundância). O que não está correto é não refletir os custos (incluindo os ambientais) no consumidor.

Numa sessão intitulada *Who's afraid of... water pricing?* (Quem tem medo do... preço da água?), alertou para as pressões políticas que mantêm os preços da água artificialmente baixos, impedindo as empresas de distribuição de água de recuperarem os respetivos custos de capital. «Se não conseguirem cobrir os custos, não conseguem ser sustentáveis».

Existe um consenso geral segundo o qual o custo da água não deve ter um peso superior a 3% no orçamento familiar. Os europeus pagam muito menos. No caso das pessoas com menos recursos financeiros que precisam de ajuda para fazer face a estes custos, é preferível dar-lhes dinheiro e deixá-las escolher como gastá-lo, do que oferecer-lhes «tarifas sociais» que são difíceis de direcionar e não fornecem qualquer incentivo para o uso eficiente da água. «Se a água for taxada de forma sustentável, caberá ao utente decidir se gasta mais ou menos. Esta solução é preferível a qualquer outra que estabeleça um tempo máximo para tomar duche ou que proíba a rega de quintais».

O contexto é tudo

O consultor da Solventa para os recursos hídricos, John Maguire, também defendeu a fixação de um preço para a água que permita uma recuperação total dos custos e, consequentemente, a cobertura dos elevados custos de manutenção das infraestruturas hídricas.

Apresentou os resultados de um estudo referente aos *sustainable economic levels of leakage* (SELL) (níveis económicos sustentáveis de perdas) nas redes de abastecimento de água. O nível SELL refere-se ao nível em que o custo de reparação de perdas é igual ao preço marginal da água. Em estudos de

caso realizados em seis países da UE e na Turquia, o nível SELL apresentou variações de 7,3% a 48%.

Os resultados sugerem que seria um erro limitar as perdas de água através da definição de metas ao nível da União, uma vez que os sistemas dependem do contexto em que se inserem. «Existem situações em que a redução de perdas não é eficaz do ponto de vista dos custos. Por exemplo, no Reino Unido, é mais barato construir um novo reservatório do que reduzir a perda em mais 1%». Os cálculos da relação custo-eficácia têm de incluir os custos ambientais e dos recursos e não apenas os custos financeiros.

Jaroslav Mysiak, da *Fondazione ENI Enrico Mattei*, e o *Centro Euro-Mediterraneo sui Cambiamento Climatici* (Centro Euro-Mediterrânico para as Alterações Climáticas) apresentaram os resultados de um estudo sobre a avaliação dos instrumentos de política económica para uma gestão sustentável dos recursos hídricos na Europa, focando questões como a tarifação da água, a comercialização, a redução da fricção de mercado e a partilha de riscos. Os resultados concluíram que problemas como o fornecimento sustentável da água devem ser abordados por instrumentos específicos.

Apesar de muitos destes instrumentos não terem conseguido fornecer os resultados desejados, esta falha deveu-se, em certos casos, a uma desistência demasiado precoce de implementação dos mesmos. Uma coisa é certa: os instrumentos de política económica contribuem para a eficiência dos recursos hídricos.

Para as pressões políticas que mantêm os preços da água artificialmente baixos, impedindo as empresas de distribuição de água de recuperarem os respetivos custos de capital.

David Zetland



As parcerias de inovação – encontrar soluções

As parcerias de inovação – uma figura introduzida pela estratégia «Europa 2020» – têm como objetivo resolver desafios societais, melhorar a competitividade da Europa e contribuir para a criação de emprego e para o crescimento. Na primavera de 2012, foi lançada uma parceria com enfoque nos recursos hídricos. Esta teve como objetivo promover a inovação e desenvolver soluções práticas para os desafios que se colocam à Europa no domínio da água, com vista a tornar o setor globalmente mais competitivo.

Karl Falkenberg, diretor-geral da DG Ambiente, explicou que esta Parceria Europeia de Inovação (PEI) reunirá especialistas que recolherão ideias, as quais serão testadas e desenvolvidas até adquirirem maturidade comercial.

A Europa necessita de novas soluções inovadoras, afirma, para fazer face aos desafios que se colocam em termos de qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Uma das soluções consiste em reduzir a poluição que impede os países de atingirem os objetivos estabelecidos na Diretiva-Quadro no domínio da água. «Temos de nos assegurar que a base do conhecimento científico se traduz em medidas e soluções práticas que possam ser implementadas em toda a Europa,» afirma.

A PEI deverá fornecer vantagens económicas, mas também ambientais. «Se desenvolvermos ideias inovadoras sobre como fazer um uso mais eficiente da água (na agricultura, na indústria ou na biodiversidade), o resto do mundo contactar-nos-á em busca de soluções, e esta dinâmica trar-nos á oportunidades de negócio».

Friedrich Barth, presidente adjunto da *European Water Partnership*, apoiou o objetivo da PEI e chamou a atenção para a existência clara de áreas a melhorar, entre as quais a perda de 30% de água através de fugas.

Um dos maiores desafios da parceria, afirmou, será fazer face ao conservadorismo do setor da água. «Não foquem as atenções exclusivamente nos grandes intervenientes», apelou à Comissão. «Promovam a participação das PME. São elas as

inovadoras». Em seu entender, os governos locais e nacionais também devem ser envolvidos, tal como a sociedade civil, as associações de comércio e o setor financeiro.

Inovação na agricultura

Alina Ujupan, consultora do comissário europeu responsável pela Agricultura, Dacian Cioloș, chamou a atenção para as questões transversais que se colocam à PEI no domínio da água e para uma PEI distinta no domínio da produtividade e da sustentabilidade agrícola. A Comissão Europeia quer promover o intercâmbio no seio do setor, afirmou, e melhorar a base de conhecimentos dos agricultores – quase 80% não possui formação específica em agronomia. «Precisamos de garantir que as boas ideias são partilhadas e não ficam confinadas aos laboratórios».

A introdução de práticas inovadoras na promoção da eficiência do uso da água já está a dar frutos em Itália. Adriano Battilani, da Canale Emiliano Romagnolo (CER), apresentou o projeto Irrinet, que fornece aos agricultores da região de Emilia-Romagna consultoria gratuita sobre rega. Mais de 50 milhões de metros cúbicos de água foram poupados anualmente desde a implementação do projeto em 2009.

O programa calcula o período, a quantidade e a duração necessária da rega, fazendo uso de dados relativos ao clima e ao nível dos lençóis freáticos e dos parâmetros relativos aos solos. Uma segunda fase do projeto, o Irrinet Plus, fornece instruções para poupança de custos. Segundo Battilani, «a abordagem económica incentiva os agricultores a maximizar os seus lucros e a reduzir o uso excessivo de água».

Descubra mais

http://ec.europa.eu/environment/water/innovationpartnership/index_en.htm

